

A bacia do Mediterrâneo e a cidade antiga: unidade e diversidade

Norberto Luiz Guarinello*

GUARINELLO, N.L. A bacia do Mediterrâneo e a cidade antiga: unidade e diversidade.

R. Museu Arq. Etn. 38: 4-11 2022.

Resumo: Este artigo explora os alcances e os limites de dois conceitos fundamentais atualmente para o estudo do mundo antigo: Mediterrâneo e cidade antiga. Ambos se apresentam como alternativas às antigas grandes narrativas centradas na História da Grécia e de Roma, como novas unidades de estudo. O artigo explora seus alcances e limites conceituais, tendo em vista a dupla lente da unidade e da diversidade no estudo das sociedades humanas.

Palavras-chave: História Antiga; História do Mediterrâneo; Arqueologia do Mediterrâneo Antigo; Mediterrâneo; Cidade antiga.

O objetivo do presente artigo é, ao mesmo tempo, bastante geral e muito restrito: pensar sobre os alcances e limites de dois conceitos que se tornaram chaves para os estudos sobre a Antiguidade Clássica – o Mediterrâneo e a cidade. O emprego desses conceitos em primeiro plano é um movimento antigo, mas que vem se intensificando a partir do final dos anos 1990. Desde então, procuram-se novas formas para abordar a chamada “História Antiga” diante da progressiva derrocada das grandes narrativas oriundas ainda do século XIX, que se baseavam na forma dos Estados-nacionais, como História da Grécia ou de Roma.

O Mediterrâneo tem proporcionado aos pesquisadores um espaço geográfico comum para recriar o diálogo transdisciplinar, particularmente entre historiadores e arqueólogos e envolvendo diferentes arqueologias. Essa nova perspectiva tem sido muito enriquecedora. Embora a visão tradicional ainda exerça um peso inercial

em vários níveis, tanto na pesquisa como na docência, muita coisa mudou. É sobre essas mudanças que quero refletir aqui.

A perspectiva do Mediterrâneo como palco para narrar uma história na longa duração remete, obviamente, à clássica obra de Fernand Braudel (1986), *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*, publicada originalmente em 1966), na qual o mar e as terras ao redor formam um pano de fundo quase imóvel – a longuíssima duração – para a história mais movimentada das estruturas (em particular, daquelas ligadas à produção e às trocas) e para a história rápida dos acontecimentos. Os traços geográficos mais marcantes que conferem unidade ao Mediterrâneo são, para Braudel: (1) o mesmo clima ameno, que propicia o cultivo de uma tríade alimentar clássica (trigo, azeite e vinho); (2) a oposição entre mar, planícies e montanhas, formando um relevo recortado e com diferentes mobilidades e economias; e (3) um regime de navegação comum, predominante no verão e substancialmente de cabotagem. Ressalto aqui que essa é uma síntese excessivamente sumária e, provavelmente, imprecisa.

* Professor sênior de História Antiga, Departamento de História da Universidade de São Paulo. <guarinello@usp.br>

Uma das primeiras formulações mais coerentes do espaço mediterrânico para a História Antiga, no entanto, encontra-se no famoso livro de Moses Finley, *A economia antiga* (1980), com edição original em 1973. A obra causou grande polémica – que se estende até hoje –, sobretudo por sua definição da economia antiga como “primitiva”: centrada em grandes casas senhoriais, sem produção agrícola para o mercado e com artesanato incipiente. Essa visão se tornou muito influente, mas seus elementos quase caricatos impediram que se desse maior atenção à unidade geográfica proposta por Finley ao final da introdução da obra. Tal perspectiva é exatamente a do Mediterrâneo braudeliano, marcado por temperaturas amenas, cultivos não irrigados, mas dependentes do regime de chuvas invernais e período seco no verão, solos leves, produzindo cereais, legumes, frutas, uvas e azeitonas e, de modo geral, propício à criação de pequenos animais.

Essa definição permite distinguir o Mediterrâneo, ao mesmo tempo, das planícies irrigadas do Antigo Oriente Próximo, onde imperaram os palácios e templos, bem como das terras pesadas e de clima frio do norte da Europa, nas quais a agricultura e a comunicação eram mais difíceis e a cidade demorou mais tempo para se organizar. As terras mediterrânicas se caracterizam pela área de extensão do cultivo da azeitona e do uso do azeite. Em termos temporais, é a época das cidades, em que impera a propriedade privada e suas elites, dilatando-se espacialmente no espaço desde a península Balcânica, no século VII a.C., até o Império Romano em toda sua extensão. Tempo e espaço expandem-se juntamente com o conceito, que é, poderíamos dizer por analogia, sofisticado e relativístico (nem kantiano, nem dialético).

O marco historiográfico para os estudos recentes, no entanto, é a obra de Peregrine Horden e Nicholas Purcell, *The corrupting sea: a study of Mediterranean history* (2000), que embora muito criticada – e talvez mesmo em função disso –, é a referência básica para os debates sobre essa nova unidade da História

Antiga. Sob a influência, dessa vez declarada, de Braudel e em vista da expansão acelerada da internet na virada do milênio, os autores se propuseram a escrever uma história ecológica do Mediterrâneo (com ênfase em “do”, e não “no” Mediterrâneo).

O livro é muito rico e aborda temas diversificados, como historiografia, a desimportância das cidades, a honra etc. Aqui, vou explorar apenas alguns pontos, em uma síntese enxuta demais para fazer justiça à obra. Segundo Horden e Purcell, o mar mediterrânico apresenta, em seu conjunto, alguns traços comuns. O mais importante é, talvez, o regime climático: as chuvas só ocorrem no inverno e sua quantidade varia de ano a ano. É uma agricultura de sequeio, sem irrigação, sempre exposta ao risco de eventuais secas, que ocorrem periodicamente, mas de modo imprevisível. Desse fato essencial decorre a necessidade de multiplicar os “portfólios” por meio da exploração de todos os nichos ecológicos disponíveis no que definem como “microrregião”, sendo o Mediterrâneo cercado por um mosaico delas – todas muito semelhantes, reproduzindo-se como “fractais”.

Do risco climático inerente e da necessidade de sobreviver a ele decorrem duas consequências essenciais para a história do Mediterrâneo. A primeira é a prevalência da policultura intensiva e da jardinagem. A famosa tríade permanece como pano de fundo, mas é necessariamente complementada por tudo que cada ecossistema oferece: pântanos, pesca, bosque, arboricultura, jardinagem, pastagens. A segunda é a necessidade de conectar-se a outras microrregiões (pois a estíagem é majoritariamente local). Daí resulta a imensa importância do mar, que possibilita uma imensa conectividade entre nichos ecológicos distintos e com produções desiguais, a depender do ano. Entre maio e setembro, quando a navegação no Mediterrâneo está aberta, ela possibilita minimizar os riscos de um desastre climático, tornando-se o espaço da conectividade por excelência. Podem-se notar, afirmam os autores, momentos de expansão ou de abatimento na história humana “no” Mediterrâneo, mas essa conectividade é a chave de todos eles, e não

apenas pelos longos percursos que propicia. Antes, e sobretudo, isso se deve aos pequenos, à navegação de cabotagem, possível ao longo de todo o ano e que é como o “ruído de fundo” dessa história do mar na longuíssima duração, da Idade do Bronze até o século XIX.

Para o que me interessa neste texto, essas ideias da obra são centrais, mas reconheço que o livro pode ser lido a partir de diversos ângulos. *The corrupting sea* é ainda hoje um ponto de partida. Talvez, a principal crítica ao conteúdo seja a que diz respeito à ausência de história, propriamente, embora os autores não tenham se proposto a isso. Ian Morris (2005) ofereceu uma excelente sugestão de releitura no texto “Mediterraneanization”, que propõe o mar como unidade histórica de um processo de integração ao longo do tempo, tornando o espaço dinâmico e os resultados das ações humanas cumulativos.

Nas últimas duas décadas, de qualquer forma, o Mediterrâneo se impôs como nova unidade para as hoje consideradas múltiplas histórias e arqueologias antigas (grega, italiana, fenícia, celta, ibérica, púnica, egípcia e muitas outras). Essa abertura do diálogo entre áreas de pesquisa, até então estanques, revolucionou nossa visão da Antiguidade em geral e promoveu novas diversidades ao recompor uma unidade. Hoje em dia, tanto no Brasil como no exterior, são inúmeros os centros, laboratórios e projetos de pesquisa que têm como eixo articulador o mar Mediterrâneo.

Tendo em vista os pontos positivos das novas abordagens, permito-me fazer algumas observações de caráter geral para circunscrever melhor os possíveis limites das visões contemporâneas. Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que conectividade não é o mesmo que conexão, mas sim uma potencialidade que se materializa com o tempo em redes de contato e em diferentes níveis de integração. A principal característica do Mediterrâneo é a de, simultaneamente, separar, colocar uma barreira, uma fronteira que aparta populações e culturas, dificultando sua rápida assimilação, e uni-las pela maior velocidade de deslocamento pelo mar do que por terra. Mas tal velocidade e o deslocamento dependem de forças históricas,

de desenvolvimentos tecnológicos, como a navegação à vela, ou do surgimento de interesses específicos, como terras para colonização, metais, bens artesanais e matérias-primas.

Além disso, o Mediterrâneo não é uma unidade perfeita, nem com relação ao próprio mar, nem no que diz respeito às terras ao seu redor. O mar é dominado por uma grande corrente geral que o percorre em sentido anti-horário, mas as correntezas locais são muito específicas, bem como os ventos, tornando a navegação perigosa para os que conhecem mal seus caminhos. A navegabilidade e a conectividade do Mediterrâneo oriental – polvilhado de ilhas próximas, de diferentes extensões e costeadas por extensões de terra com bons portos –, por seu lado, são muito distintas daquelas do Mediterrâneo ocidental, caracterizado por ilhas grandes e mais distantes, com menos portos (como no norte da África e no Adriático) e menos caminhos facilmente navegáveis.

Quanto às terras, ou seja, considerando o Mediterrâneo como bacia, e não apenas como mar, o norte é mais diversificado, tem clima mais frio (ou mais ameno) e apresenta relevo mais rico, com grandes montanhas avançando sobre as penínsulas, como na Itália, na Grécia e na Anatólia. Já o sul é mais quente e árido, próximo ao deserto do Saara, que se aproxima do mar onde hoje é a Líbia. As planícies são mais raras, como o vale do Dijala, a Cirenaica e o absolutamente excepcional delta do rio Nilo, que permite penetrar no coração oriental da África.

De modo geral, as costas voltadas para o oeste são mais úmidas e se encaixam menos no modelo de risco climático. É o caso das planícies da Itália tirrênica e campânica, da Turquia e do Líbano, que além disso são cortadas por rios importantes e navegáveis. As costas orientais tendem a ser mais secas e mesmo áridas, como a Ática, o que se deve a fatores climáticos externos ao próprio Mediterrâneo, na medida em que dependem da umidade que vem do oceano Atlântico.

A diversidade entre as terras na bacia mediterrânica também se expressa pela maior ou menor abundância de recursos naturais e

de produtos humanos, cuja importância varia com o tempo. A riqueza em cobre da ilha de Chipre é quase proverbial, assim como os recursos metálicos da península Ibérica em ouro, prata, cobre e estanho. O norte da Itália tirrênica foi, por séculos, uma fonte importante de ferro e depois de mármore, assim como de madeira. A Macedônia e a Trácia abundavam em ouro e madeira de construção. Muitos recursos provinham do Egito e, de modo geral, a produção artesanal do Mediterrâneo oriental foi mais sofisticada do que no Ocidente por quase toda a Antiguidade. Essa diversidade é particularmente interessante, pois combina fatores naturais (recursos) e históricos (produção e demanda).

Por fim, é preciso ressaltar que o Mediterrâneo é uma unidade artificialmente escolhida, o que não minimiza seu interesse como instrumento de análise. Desde as primeiras ocupações humanas (ao menos depois do desenvolvimento da agricultura), o desenvolvimento de sociedades ao redor do mar foi marcado pelo contato com outras regiões das quais se diferencia, muitas vezes, por recortes arbitrários. Exemplos de monta são as regiões do chamado Antigo Oriente Próximo e as sociedades que se desenvolveram nas margens dos rios Tigre e Eufrates, nos planaltos anatólico e iraniano e nos desertos que os integram e, como já apontamos, o vale do rio Nilo, que claramente extrapola as definições de um espaço “mediterrânico”. Nem esse espaço dá conta da contiguidade com a Europa central, com o deserto do Saara, com o mar Negro ou com as estepes da Ásia central. Todos esses espaços influíram, de diferentes maneiras e crescentemente, com o passar do tempo, nas realidades históricas das populações situadas na bacia. Em suma, o Mediterrâneo fornece uma nova unidade de estudo extremamente útil, mas que não deve ser naturalizada. Ela é uma boa ferramenta, não um desígnio do destino.

*

Um exercício semelhante pode ser realizado com relação ao segundo conceito que nos propusemos a analisar: a cidade antiga.

Desde a recuperação da tradição greco-latina e da progressiva noção de que houvera uma “História Antiga” anterior à contemporânea, autores do Renascimento e do período moderno referiam-se individualmente às cidades antigas como sociedades ou Estados singulares, sem fazer distinções mais precisas entre, por exemplo, Atenas, Roma ou Cartago. Com o surgimento das histórias científicas no final do XVIII e início do XIX, a pluralidade de Estados antigos tornou-se um problema para pensar e escrever a história antiga, em particular aquela da Grécia (a de Roma, pensava-se ser a história de um único Estado).

Uma resposta a essa questão começa a aparecer no final do século XIX, presente nos cadernos então inéditos de Karl Marx, em especial nas páginas dedicadas às “Formações econômicas pré-capitalistas”, de 1859. Mas a primeira publicação a tratar da cidade antiga como uma unidade conceitual foi a obra monumental de Fustel de Coulanges (2005), *A cidade antiga*, de 1864. Nela, de Coulanges fundia as histórias da Grécia e de Roma em uma única História, centrada na raça e na família arianas, traçando desde suas origens primitivas, na família patriarcal, centrada no culto ao fogo e aos antepassados, até sua constituição e decadência por meio de uma sucessão de constituições: monarquia, aristocracia, tirania, oligarquia, democracia e, por fim, o Império Romano, que substituiu a antiga cidade pelo município.

Essa sequência típica, com algumas alterações, tornou-se um padrão que permitiu unificar distintas histórias de cidades ao redor do Mediterrâneo. Aparece já, por exemplo, na obra de Burckhardt (2002), *History of Greek culture* (edição original de 1898), na qual o autor afirma que a estrutura competitiva da “polis” (que inclui, por sinal, Roma) foi a chave para o brilhantismo dos gregos antigos. Está presente, igualmente no verbete “Relações agrárias na Antiguidade”, de Max Weber (1981), publicado originalmente em 1909, como uma das formas possíveis de desenvolvimento do poder nas sociedades primitivas – fator determinante para a separação entre Ocidente e Oriente.

No século XX, a ideia se desenvolve e toma corpo em competição com as Histórias da Grécia e de Roma e, a partir dos anos de 1960, assume o primeiro plano nos estudos sobre os conflitos sociais no mundo antigo (mesmo com a prevalência de uma visão atenocêntrica e romanocêntrica). Moses Finley é um dos autores que colocam a cidade antiga no centro do debate, unindo as histórias da Grécia e de Roma em uma nova unidade, o mundo greco-romano, “um mundo de cidades”, como afirma em *Economia e sociedade na Grécia Antiga* (Finley 2013), publicado originalmente em 1977.

Para Finley, a cidade antiga era uma entidade política, um Estado organizado por ordens e *status*, e não por classes e, em geral, dominado por uma elite urbanizada e consumidora. Essa é a visão de *A economia antiga* (Finley 1980), como vimos anteriormente. Em texto posterior originalmente publicado em 1980, contudo, o autor rearticula as relações entre política e economia, vendo na ascensão do campesinato e na democracia, associadas ao aumento das trocas mercantis, algumas das razões do surgimento de uma sociedade escravista no mundo greco-romano (Finley 1991). A escravidão-mercadoria teria sido, assim, uma consequência das lutas políticas no interior de cidades dominantes, como Atenas e Roma.

Um marco recente nos estudos sobre a cidade grega, ou pólis, em particular, foram os trabalhos dirigidos por Mogens Hansen, no Copenhagen Polis Center, que realizou o primeiro levantamento sistemático das fontes escritas sobre o tema, propiciando a realização de inúmeros colóquios e publicações que mudaram nossa maneira de encarar a cidade antiga. Por trás do termo pólis revelou-se uma grande variedade de situações e realidades que colocaram em xeque a visão unitária que predominava até então (cf. Hansen 1998).

O emprego ampliado do conceito de polis ou cidade (veremos na sequência que não são sinônimos exatos), associado a novas ferramentas de informática e à explosão de dados arqueológicos da última década e meia, propiciou o desenvolvimento de estudos comparativos que antes eram pouco abordados ou impossíveis. São exemplos pesquisas que,

dentro de uma mesma etnia, opõem polis dórias a polis jônicas; contrastam etnias diferentes, como gregos e uma multiplicidade de não gregos – sículos, etruscos, sados, iberos, celtas, latinos, campanos, fenícios etc.; comparam metrópoles e colônias (debate particularmente acirrado) e suas supostas primazias no processo de urbanização do Mediterrâneo; contrapõem assentamentos com e sem caráter étnico (pensando-se a etnia não como estado originário, mas como produção cultural dinâmica); e diferenciam urbanizados e não urbanizados, mas organizados de modo similar (em termos religiosos, sociais e políticos), nos quais santuários cumpriam as funções exercidas por cidades.

Atualmente, a tendência é de não se pensar a cidade de modo isolado, mas como parte de um universo mais amplo, seja como uma cultura específica – uma cultura de cidades –, parte de um sistema-mundo ou, mais recentemente ainda, como pontos no interior de redes, desenvolvendo-se e assumindo posições diversas em função delas.

O conceito, portanto, é muito rico, e os debates que tem gerado são muito animadores. Porém, assim como “Mediterrâneo”, cidade antiga não pode ser tomada como uma forma óbvia e natural, como já apontamos de passagem. Como conceito, poderíamos imaginá-lo como “pós-nietzschiano”, como conceito fluido de algo em transformação, que no começo (séculos IX-VI a.C., dependendo da área) ainda não é, já sendo, e no fim (séculos V-VII d.C.) já não é, mas ainda sendo. Tal fluidez não é, necessariamente, um defeito, pelo contrário, mas é preciso tê-la sempre em mente.

Sob outro aspecto, cidade antiga guarda em si um problema terminológico de difícil resolução, que se relaciona ao diálogo entre passado e presente e ao uso inevitável de anacronismo. As definições baseadas em critérios raciais são hoje descartadas, e aquelas baseadas na oposição com as cidades palacianas do Oriente são meramente negativas. Uma definição positiva encontra três obstáculos.

Primeiramente, o termo “pólis”, muitas vezes utilizado como alternativa à “cidade

antiga”, é a simples transcrição de uma palavra em grego e que, além disso, é polissêmica na língua original. Aparece já em Homero, tanto na *Iliada* como na *Odisseia*, mas nem sempre, nos períodos posteriores, refere-se a um centro urbano. Desde Tucídides, pelo menos, seu sentido é posto em questão. Nos textos em grego do Império Romano, por exemplo, “pólis” pode referir-se ao próprio império como um todo. O sentido de pólis como sinônimo de cidade depende, assim, de um acordo implícito ou explícito entre autores e leitores sobre a época, as realidades étnicas, políticas, sociais e econômicas subjacentes à palavra.

O uso de “cidade-estado” apresenta também dificuldades, mas de outra ordem, na medida em que associa dois conceitos difíceis e cujas definições estão longe de serem unânimes. “Cidade”, sobre a qual falaremos mais adiante, parece implicar uma separação com o campo, talvez divisão do trabalho, talvez divisão social, concentração de poder e muitas outras coisas. “Estado” relaciona-se, possivelmente, a esses processos, mas não com a mesma temporalidade. Há quem veja na cidade grega até pelo menos o século V a.C. bem adentrado um exemplo de sociedade sem Estado, dada a ausência de aparato burocrático significativo e a participação direta dos cidadãos na gestão da coisa pública e nas deliberações coletivas. Além disso, é muito difícil definir empiricamente, tanto nas fontes escritas como nas arqueológicas, o momento em que as cidades surgem e podemos identificá-las sem lugar a dúvidas.

Por outro lado, debate-se para qual período o termo cidade-estado pode ser utilizado. Por exemplo: se Atenas no século V a.C. for uma cidade-estado, o será ainda no século II d.C., quando já foi incorporada ao Império Romano? Alguns afirmam que sim, afinal, Atenas ainda é uma pólis nas fontes; outros que não, pois não é mais um Estado independente. Mais difícil ainda é definir o estatuto de Roma sob Augusto, com um milhão de habitantes e cujo território se estendia por centenas de quilômetros na Itália e, segundo alguns, coincidia com as margens do próprio Mediterrâneo. Como conceito, cidade-estado apresenta claros problemas.

A própria definição de cidade, por fim, é controversa, sobretudo se utilizarmos o termo de modo transcultural e atemporal. Como afirma Greg Woolf (2020) em *The life and death of the ancient cities: a natural history*, cidade é indefinível. É um termo que faz parte da própria mitologia da tradição literária ocidental, quase sempre como um dos termos da oposição com o campo. Aparece assim em Homero, Hesíodo, Aristófanes, Virgílio e cristaliza-se na oposição, no latim tardio, entre *urbanus* e *rusticus*. Na Idade Média latina, as cidades se separam do campo e ganham cartas e ares de franquia: *Stadtluft macht frei*, “o ar da cidade faz um homem livre”, segundo antigo ditado alemão. É nesse imaginário que a cidade representará, desde fins do XVIII, o lugar do progresso.

Uma tentativa bastante ampla de conceituação por meio de tipos ideais e que ainda é referência foi elaborada por Max Weber em seu texto póstumo “A cidade” (Weber 1991), cuja edição original é de 1921. O autor propõe uma definição básica, abrangente, trans-histórica e transcultural. Trata-se, em poucas palavras, de um assentamento grande, centralizador e de atividades diversificadas (de poder, mercado, administração), mas sobretudo não agrícolas. Nesse amplo quadro, define subtipos cujos critérios são sociais, econômicos, administrativos e jurídicos: cidade administrativa, cidade consumidora, cidade comercial etc. Mas há, no texto, uma grande exceção, poucas vezes ressaltada: exatamente a cidade antiga. Nela, para Weber, campo e cidade permanecem juntos. Ela é o palco essencial de uma disputa de poder: ora os grandes proprietários de terra dominam – e a cidade é aristocrática –, ora são os pequenos e médios proprietários – e a cidade é plebeia. Trata-se de uma sequência histórica cuja conclusão pode, talvez, ser encontrada em outro texto do autor, originalmente publicado em 1896: a crise dos pequenos e médios proprietários conduz à escravidão no Império Romano (Weber 1989).

Resta uma última observação sobre o adjetivo “antigo”, frequentemente apensado a essa “cidade”. Trata-se, aqui, de um uso convencional. A cidade antiga não é anterior às cidades mesopotâmicas ou egípcias, nem mesmo

às cretenses ou micênicas. O termo “antigo” é ainda uma herança da reapropriação da tradição clássica desde Petrarca e da divisão dos períodos da história feita por Celário no século XVII entre História Antiga, Medieval e Moderna – periodização que, sabemos, permanece até hoje.

Se o termo cidade antiga permite-nos pensar conjuntamente e comparar realidades tão distintas no tempo e no espaço, como gregos, etruscos, latinos, fenícios, púnicos, iberos e celtas, por outro lado, pode obliterar uma grande diversidade – e não apenas cultural. Cabe ressaltar que a sequência constitucional legada por de Coulanges é ilusória. As formas constitucionais propostas pelo historiador foram muitas vezes contemporâneas e debate-se, hoje em dia, o próprio conteúdo político dessa terminologia, que não é contemporânea a nós e cujo uso pode gerar anacronismos. Por exemplo: em que medida uma sociedade com escravos, que exclui mulheres e estrangeiros residentes dos processos de julgamento e decisão pode ser considerada democrática, como era Atenas nos séculos V e IV a.C.? Um tirano em Mileto sob a dominação persa, ou em Siracusa, dois séculos depois, exerce o mesmo tipo de poder? Monarcas de vastos territórios, como a Macedônia no século IV a.C., são comparáveis àqueles que regiam Esparta?

Para além das constituições, impera, sobretudo, uma grande diversidade no espaço e no tempo: há cidades insulares, portuárias, continentais; há cidades mais comerciais, mais artesanais, mais agrícolas; há aquelas muito pequenas, na ordem do milhar de habitantes ou menos. Muitas delas são médias, mas há também, a partir de certas épocas, grandes metrópoles, na casa das centenas de milhares de habitantes. A despeito do cumulativo processo de integração que observamos a partir do primeiro milênio a.C., permanece entre as cidades uma rica diversidade de formas culturais, de manifestações religiosas, de estilos arquitetônicos, de modos de vida, de cultura material, que se homogeneizam com o tempo,

mas nunca se uniformizam por completo. Para usar uma terminologia contemporânea – e por isso anacrônica –, o global e o local nunca se fundem totalmente.

Se unirmos os dois conceitos com os quais começamos e mantivermos a consciência de seu caráter arbitrário e de seus limites conceituais, o termo “cidade mediterrânica” parece-me apresentar uma alternativa terminológica interessante (obviamente, com seus próprios problemas). Ela remete a realidades urbanísticas, sociais, econômicas e políticas que, se não são idênticas, dialogaram entre si por longo tempo e participam de uma história compartilhada. Essa é a história de uma rede de conexões entre agrupamentos humanos, nas curtas, médias e longas distâncias, que se inicia nos séculos X-IX a.C., tem seu auge entre os séculos II a.C. e II d.C. e declina após o século V d.C., sem jamais desaparecer por completo. Que tem múltiplas configurações que mudam, todas, com o tempo, alterando suas linhas, seus polos, seus centros, que se intensificam em alguns períodos, rebaixando-se em outros, mas que, no geral, tem um sentido cumulativo e crescente. Não é uma rede isolada, pois mantém vínculos de diferentes intensidades com todas as regiões ao redor.

Ao expor esses limites conceituais, não pretendo, portanto, minimizar os avanços feitos por nossas disciplinas, que têm sido tão rápidos, na verdade, que necessitaremos de uma década, ao menos, de ciência lenta para refletirmos sobre o que alcançamos – por mais que a hipermodernidade tente nos arrancar esse tempo. Nossas áreas modernizaram-se tecnológica e conceitualmente, e preparamo-nos para enfrentar os desafios de uma História Global. Nossos instrumentos não são perfeitos nem nossas conclusões absolutas, mas sabemos mais e melhor que nossos antecessores porque podemos subir em seus ombros para enxergar mais longe (a metáfora é antiga, mas continua atual).

GUARINELLO, N.L. The Mediterranean Basin and the ancient city: unity and diversity.
R. Museu Arq. Etn. 38: 4-11 2022.

Abstract: This article explores the scope and limits of two concepts currently fundamental to study the ancient world: the Mediterranean and the ancient city. Both are usually presented as alternatives to the grand narratives centered on the History of Greece and Rome, as new units of study. The paper explores their conceptual scope and its limits, considering the dual lens of unity and diversity in the study of human societies.

Keywords: Ancient History; Mediterranean History; Ancient Mediterranean Archeology; Mediterranean Sea; Ancient city.

Referências

- Braudel, F. 1986. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. São Paulo, Martins Fontes.
- Burckhardt, J. 2002. *History of Greek culture*. Dover, New York.
- De Coulanges, F. 2005. *A cidade antiga*. Martin Claret, São Paulo.
- Finley, M. 1980. *A economia antiga*. Afrontamento, Porto.
- Finley, M. 1991. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Graal, Rio de Janeiro.
- Finley, M. 2013. *Economia e sociedade na Grécia Antiga*. Martins Fontes, São Paulo.
- Hansen, M.J. 1998. *Polis and City-State: and ancient concept and its modern equivalent*. CPC, Copenhagen.
- Horden, P.; Purcell, N. 2000. *The corrupting sea. A study of Mediterranean history*. Blackwell, Oxford.
- Marx, K. 2007. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Paz e Terra, São Paulo.
- Morris, I. 2005. Mediterraneanization In: Malkin, I. (Ed.). *Mediterranean paradigms in Classical Antiquity*. Routledge, London.
- Weber, M. 1981. *Storia economica e sociale dell'Antichità*. Riuniti, Roma.
- Weber, M. 1989. *Os grandes cientistas sociais*. Ática, São Paulo.
- Weber, M. 1991. *Economia e sociedade*, vol. II. Editora UNB, Brasília.
- Woolf, G. 2020. *The life and death of ancient cities: a natural history*. Oxford University Press, Oxford.